

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

CLEIDE MARIA DA SILVA

**Projeto Lá vem o Congo: possibilidades na formação continuada de professoras para a
educação das relações étnico-raciais.**

**ITUIUTABA - MG
2024**

CLEIDE MARIA DA SILVA

Projeto Lá vem o Congo: possibilidades na formação continuada de professoras para a educação das relações étnico-raciais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves

**ITUIUTABA - MG
2024**

CLEIDE MARIA DA SILVA

Projeto Lá vem o Congo: possibilidades na formação continuada de professoras para a educação das relações étnico-raciais.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves - ICHPO/UFU
(ORIENTADORA)

Profa. Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela - ICHPO/UFU

Profa. Dra. Mical de Melo Marcelino - PROGRAD/UFU

Profa. Me. Michele de Oliveira Gonçalves Araújo - PPGED/FACED

Data da aprovação: _____ de junho de 2024.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu pai, José Cândido da Silva, e minha mãe, Maria José da Silva (*in memoriam*), que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando a mim. Suas presenças foram essenciais em minha vida.

AGRADECIMENTOS

a Deus, pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Na construção deste trabalho de pesquisa, muitos foram os momentos difíceis, mas sempre me levantei com muita dedicação e esforço em prol de concluir o Curso de Graduação tão necessário e importante para minha vida acadêmica, pessoal e profissional. A fé é a base que me sustenta na busca por meus sonhos e objetivos;

à Universidade Federal de Uberlândia, ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal, que proporcionaram a mim a estrutura para o desenvolvimento do Curso de Pedagogia;

aos alunos e professores do Curso de Graduação em Pedagogia, que foram complementares nesta minha caminhada acadêmica;

à professora Luciane, pela paciência, apoio e observações sempre pertinentes em todas as etapas do trabalho; pelas orientações intervenções sempre precisas e pontuais;

os meus sinceros agradecimentos!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”
Nelson Mandela (1995)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma investigação que analisa a participação de um grupo de professoras do ensino fundamental, de uma escola da Rede Pública Municipal, situada no município de Ituiutaba, Minas Gerais. A presente pesquisa teve como objetivo central analisar de que forma as professoras trabalham na atualidade a questão da diversidade étnico-racial, a partir de suas participações no Projeto “Lá vem o Congo”: uma proposta interdisciplinar e antirracista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de Ciências Humanas (ICHPO). Partimos do seguinte questionamento: depois de vivenciar a experiência do Projeto Lá vem o Congo, qual é o posicionamento pedagógico das professoras envolvidas com a proposta? A atuação pedagógica pós-projeto contribuiu para que as professoras continuassem a desenvolver outras práticas sobre cultura africana e afro-brasileira? Essa pesquisa possuiu uma abordagem qualitativa. Tivemos como sujeitos da nossa pesquisa 5 (cinco) professoras do ensino fundamental. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário formulado e estruturado a ser analisado de forma qualitativa/interpretativa. Para a análise das entrevistas, foi utilizada Análise de Conteúdo. Fundamentamo-nos teoricamente em autores como Munanga (2015), Gomes (2003, 2005, 2023), Silva (2010). Nesta pesquisa discutimos a realidade da educação brasileira, em seus aspectos sociais, culturais e pedagógicos e a aplicabilidade da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, buscando mais valorização e respeito, por parte da sociedade, como também lutando por uma educação antirracista. Os resultados indicam que a maioria das professoras pesquisadas sente dificuldades no que tange ao trabalho com o tema em sala de aula. Entretanto todas, em unanimidade, concordam que os projetos contribuem de maneira efetiva para a educação antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista; Lei nº 10.639/03; Cultura Africana; Congada.

ABSTRACT

This Course Completion Work presents an investigation that analyzes the participation of a group of elementary school teachers, from a Municipal Public School, located in the municipality of Ituiutaba, Minas Gerais. The central objective of this research was to analyze how teachers work on the issue of ethnic-racial diversity and their participation in the “Lá vem o Congo” Project: an interdisciplinary and anti-racist proposal from the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (Pibid) from the Pedagogy course at the Federal University of Uberlândia (UFU), Institute of Human Sciences (ICHPO). We start with the following question: After experiencing the experience of the “Lá vem o Congo” Project, what is the pedagogical positioning of the teachers involved with the proposal? Did the post-project pedagogical performance contribute to the development of other practices on African and Afro-Brazilian culture? With the aim of identifying whether teachers from one of the participating schools continue to work on pedagogical activities on ethnic-racial issues. This research had a qualitative approach. Our research subjects were 5 elementary school teachers. And to collect research data, a formulated and structured questionnaire was applied to be analyzed in a qualitative/interpretive way. Content analysis was used to analyze the interviews. We are theoretically based on authors such as Munanga (2015), Gomes (2003, 2005, 2023), Silva (2010). This research discussed the reality of Brazilian education, in its social, cultural and pedagogical aspects and the applicability of Law 10.639/03, seeking greater appreciation and respect from society, as well as fighting for anti-racist education. The results indicate that the majority of teachers surveyed experience difficulties when it comes to working on the topic in the classroom. However, everyone unanimously agrees that the projects contribute effectively to anti-racist education.

Keywords: Anti-racist education; Law 10.639/03; African Culture; Congada.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 14 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | 17 |
| 3.1 Congada: devoção trazida da África | 21 |
| 3.1.1 A Congada em Ituiutaba | 21 |
| 3.2 Contação de História | 23 |
| 3.3 O Projeto Lá Vem o Congo | 26 |
| 4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS | 30 |
| 5. RESULTADOS | 37 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS | 40 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro I - Ternos e suas respectivas cores | 23 |
| Quadro II - Formação e tempo de atuação das professoras entrevistadas | 30 |
| Quadro III – Questões da entrevista | 31 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem I: Benedito agachado olhando o tambor | 25 |
| Imagem II: Benedito recebendo a gunga | 25 |
| Imagem III: Alunos e orientadora idealizadores do grupo “Congadinha” | 28 |
| Imagem IV: Congadinha EMMA | 28 |
| Imagem V: Ternos da “Congadinha” | 28 |
| Imagem VI: Coroação do Rei e Rainha da “Congadinha” | 29 |

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, foi sancionada com intuito de que as escolas incluíssem em seus currículos a cultura africana e afro-brasileira, desde a educação infantil até o ensino superior, em todos os níveis e modalidades e em escolas particulares e públicas. Dada a sua abrangência, podemos perceber a sua relevância. A referida lei foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, pelo então presidente Lula, em cumprimento de uma promessa de campanha de apoio à luta da população negra e sua pauta de reivindicações.

Os movimentos de resistência negra tiveram origem ainda no período escravista. Após a abolição da escravidão, logo nos primeiros anos da República, no final século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, as reivindicações políticas de ativistas negros foram feitas e se tornaram públicas de diversas formas, nas diferentes agremiações que representavam os negros da época e tinham por objetivo protesto à marginalização – condições iníquas de trabalho, habitação, educação, saúde – que essa população passou a ter no período pós-abolição; resposta à discriminação racial e luta pela afirmação racial (Domingues, 2007).

Denunciando a desigualdade racial existente no Brasil, os movimentos negros provocaram o debate sobre o lugar da diversidade e da diferença cultural no Brasil contemporâneo. Embora a diversidade cultural esteja presente em todas as sociedades, a questão racial no Brasil localiza-se num amplo e complexo campo, cujo interesse não é algo particular às pessoas que se identificam a esse grupo étnico-racial, ou a militantes dos movimentos negros, é uma questão pertinente a toda a sociedade brasileira e toda a humanidade.

Por ter sido historicamente negado acesso à educação da população negra, os movimentos negros entenderam a sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, não basta apenas acessar o sistema educacional. Precisamos que ele esteja organizado de forma a romper com as atitudes racistas comuns na sociedade em geral e que encontram ressonância no ambiente escolar. Como sabemos, os currículos eurocêntricos¹ ainda são os que direcionam o processo de ensino e aprendizagem das escolas brasileiras. E isso se explica devido ao fato de que o Brasil foi colonizado pelos europeus, de modo brutal, com as pessoas que já estavam aqui, negros e comunidades indígenas. A falta de representatividade do grupo étnico-racial negro no currículo não é um diagnóstico novo no

¹“eurocentrismo é um preconceito localizado na autoconsciência da modernidade. Está enraizado em seu coração e constitui a crença metafísica ou ideia que a existência europeia é qualitativamente superior às outras formas humanas de vida” (Serequeberhan, 1997, p. 142).

contexto brasileiro. Assim, a questão étnico-racial deve ser considerada no seu aspecto mais amplo, sendo considerada, principalmente, a construção social, histórica, política, cultural e a luta que culminou na promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, apesar de aprovada em 1999. Contudo, a promulgação desta lei não tem sido suficiente para a sua efetivação, pois após vinte anos, inserir a temática racial no cotidiano escolar ainda é um desafio.

Na contramão disso, foi realizado o Projeto Lá vem o Congo, no período de 11 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2020, na Escola Municipal Machado de Assis e na Escola Estadual Governador Clóvis Salgado, na cidade de Ituiutaba (MG), em que foram realizadas atividades pedagógicas voltadas para a cultura afro-brasileira sobre a interdisciplinaridade na perspectiva do afroletramento, tendo como intervenção atividades da Congada, Capoeira, Samba e Contação de História como componente curricular.

Dada à importância da Congada, foi realizado um Projeto Lá vem o Congo no Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Projeto esse que foi pensado pelas coordenadoras do programa, as professoras Mical Marcelino e Luciane Dias, e desenvolvido pelos pibidianos, no ensino fundamental de 3º a 5º ano. O projeto teve como objetivo introduzir o assunto Congada nessa caminhada de construção do conhecimento humano, em duas escolas que eram descritas pela comunidade como tendo um ensino tradicional.

Diante do exposto, com esta pesquisa pretendemos estudar as ações decorrentes do Projeto Lá vem o Congo, no contexto das escolas onde ele foi implementado e investigar se as professoras de uma das escolas participantes, que desenvolveram naquele momento as atividades pedagógicas baseadas na cultura da congada, continuam ou não trabalhando atividades pedagógicas sobre a temática étnico-racial e, ainda, observar com os relatos das professoras, se a Lei nº 10.639/03, de fato, tem contribuído para uma educação antirracista.

Algumas questões que nortearam a construção deste trabalho foram: depois de vivenciar a experiência do Projeto Lá vem o Congo, qual é o posicionamento pedagógico das professoras envolvidas com a proposta? A atuação pedagógica pós-projeto contribuiu para que elas desenvolvessem outras práticas sobre a cultura africana e afro-brasileira? Assim sendo, o objetivo da pesquisa foi o de identificar se o grupo de cinco professoras da Escola Municipal Machado de Assis que vivenciaram o Projeto Lá vem o Congo, em 2018, continuam ou não desenvolvendo o estudo sobre cultura africana e afro-brasileira nas disciplinas ministradas por elas, possibilitando assim a implementação da Lei nº 10.639/03.

A justificativa para essa pesquisa se deu diante do meu encantamento como graduanda e como bolsista, participei do Projeto Lá vem o Congo, convivendo e interagindo diretamente

com os alunos, professores e com toda a escola onde conheci a história do Congado. O que suscitou em mim o desejo de vivenciar esta experiência como congadeira no Terno Congo Raízes de São Benedito. Estar com o grupo, participar das reuniões e ensaios, proporcionou-me o entendimento de o quão rico é perpetuar nossos costumes e cultura. Enquanto uma mulher nordestina, sei da importância de preservar nossas raízes e conservar nossa identidade. Estar congadeira, além de enriquecer meus conhecimentos enquanto estudante, desenvolveu em mim mais respeito pelas manifestações culturais dos negros.

A partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), tive a experiência de estar na escola, seguir seus horários e regras, trocar experiências com outros colegas licenciandos, trabalhar junto com os professores, planejar e desenvolver as atividades do projeto, participar das reuniões, colocar em prática a teoria estudada ao longo da graduação e desenvolver um aperfeiçoamento enquanto futura pedagoga. Ser bolsista do Pibid fez-me atentar para o como é, na prática, uma sala de aula e todo o ambiente escolar com seus desafios e possibilidades. Acredito que, ao adentrar a escola como professora, já formada, essa vivência que contribuirá para que eu seja uma profissional melhor.

Para a melhor organização deste trabalho, ele será dividido em quatro momentos: no primeiro, apresentamos os procedimentos metodológicos; no segundo, uma breve explanação sobre a Lei nº 10.639/03 e a educação antirracista, a conceituação do Congado e da Contação de Histórias, no terceiro, o Projeto a análise das informações obtidas e a discussão dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa foi realizada tendo como suporte a abordagem qualitativa que, de acordo Minayo (2014), responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes. Para a coleta de dados da pesquisa foi aplicado um questionário formulado e estruturado a ser analisado de forma qualitativa/interpretativa. As questões foram selecionadas a partir dos aspectos considerados relevantes para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

Para a análise das entrevistas, foi utilizado a Análise de Conteúdo (AD) que, segundo Bardin (2004), possui três fases:

- a) a pré-análise do material;
- b) a exploração do material e o tratamento dos resultados: as inferências; e
- c) a interpretação.

Ainda segundo o autor, a AD é um método para a interpretação de dados que permite levantar características de textos que podem ser comparadas a outros e, principalmente, reduz a complexidade dos dados coletados. Ressaltamos que, de acordo com os preceitos da ética na pesquisa, preservamos as identidades das cinco participantes de nosso projeto, adotando nomes fictícios ao descrever trechos das entrevistas por elas dadas. Os nomes adotados foram: Maria José, Antônia, Luana, Karen, Natalia. Vale relembrar que essas entrevistadas participaram do Projeto Lá vem o Congo.

Com intuito de ressignificar e construir representações positivas sobre o negro, sua história, sua cultura, sua corporeidade e sua estética, o Projeto Lá vem o Congo apresentou uma prática pedagógica subdividida em 6 ações. Elas foram desenvolvidas com o auxílio da supervisora do Pibid nas séries de 3º e 5º ano, durante duas semanas, passando por todas as disciplinas. Os alunos da Escola Municipal Machado de Assis e Escola Estadual Governador Clóvis Salgado tiveram oportunidade de aprender sobre diversidade e representatividade por meio da participação em Congado, Capoeira, Samba e Contação de Histórias.

No desenvolvimento das ações pedagógicas, iniciamos uma discussão geral sobre a questão étnico-racial e de como efetivar o processo de ensino e aprendizagem relacionado a questões étnico-raciais. Houve outras atividades para valorizar a representatividade dos

afrodescendentes, tais como maquiagem e tranças que foram feitas no cabelo das alunas, outras manifestações culturais, como a Capoeira e o Samba e Contação de Histórias, foram realizadas. Com a intervenção do Projeto Lá vem o Congo, foi possível trabalhar com questões raciais, respeitando as particularidades dos participantes e suas histórias de vida, desenvolvendo o conhecimento de alunos e professores sobre a história do negro no Brasil sua cultura e diversidade.

No período da intervenção na escola, observamos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi elaborado e reelaborado com a participação de toda a comunidade escolar. Ele aponta para objetivos e metas que visam melhor atuação da escola e uma prática pedagógica bem diversificada, a fim de que seja atingida a qualidade do ensino e da aprendizagem. A escola, em seu PPP, expõe explicitamente sobre a preocupação com a Educação para as Relações Étnico-raciais, mas de forma muito incipiente e somente como construto, conforme o que consta no parágrafo a seguir:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (Brasil, 2004, p. 20).

Diante do exposto, entendemos que o PPP de uma escola se apresenta como uma importante ferramenta de transformação social, se bem planejado e condizente com a realidade local.

Para Vasconcellos (2014, p. 169),

o Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Veiga (2013, p. 12-13), acrescenta que:

[...] o projeto político pedagógico vai além de um simples amontoado de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades

educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Podemos dizer que o Projeto Político Pedagógico é um documento que define diretrizes e metas de uma instituição de ensino, a fim de que seu objetivo, a qualidade do processo educativo, seja alcançado. Esse documento traduz a identidade da escola, inclusive no que se refere à aplicação da Lei nº 10.639/03 e da educação para as relações étnico-raciais.

De modo que a Lei nº 10.639/03, resultado de uma conquista histórica do povo como um todo, é uma importante ferramenta obrigatória para a materialização das representações coletivas e sociais de nossa cultura afro-brasileira no que diz respeito à metodologia a ser utilizada nas instituições escolares. Instrumento indispensável que favorece a contínua reflexão em torno das demandas, necessidades, fragilidades e potencialidades, de modo a permitir o empoderamento da maioria negra que ocupa as cadeiras das escolas públicas.

Apesar de o projeto ter alcançado outras manifestações culturais de origem afro-brasileira, esta pesquisa debruçar-se-á especificamente sobre aspectos relacionados à Congada, tendo como *locus* de realização a Escola Municipal Machado de Assis, uma vez que nela eu atuava como bolsista.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Com a implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se obrigatório o ensino da História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos estabelecimentos de Educação de modo que a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens, trocas de conhecimentos, para a construção de uma sociedade mais justa e igual (Brasil, 2003).

No dia 10 de março de 2004, a fim de regulamentar a Lei, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer 003/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Parecer propõe uma série de ações pedagógicas para o conjunto da escola, visando à implementação da Lei. A nova legislação acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que estão transcritos a seguir:

Art.26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

Parágrafo Primeiro – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo segundo – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Art. 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (Brasil, 2004).

Essa legislação foi uma decisão que contribuiu e contribui para o resgate histórico da ação dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Gomes (2005) traz a importância do contato da escola com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos e de quanto a vivência e convivência valoriza as relações e resolve os conflitos, favorecendo a construção de estratégias de combate ao racismo e de valorização da população negra na escola.

A educação antirracista está respaldada na Lei nº 10.639/03 e é aquela que ativamente combate toda e qualquer expressão de racismo, reconhecendo e valorizando as várias contribuições passadas e atuais em todas as áreas do conhecimento humano, de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e para o mundo (Carneiro, 2018). Em 2008, a Lei nº 10.639/03

foi ampliada, originando a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, na qual houve o acréscimo da obrigatoriedade dos estudos da cultura dos povos indígenas. Essas duas leis são dois marcos importantíssimos para os movimentos antirracistas - negros e indígenas.

Conhecer melhor sobre a cultura africana favorece a aprendizagem e quebra estigmas do negro escravizado e pobre, pois o negro muito contribuiu para esta nação com sua capacidade de trabalho e, em outras áreas, desde as artes, religião, ciência até a econômica. Segundo Fonseca (2009):

Os africanos já dominavam as técnicas de plantio. Os povos do oeste africano tinham sistemas agrícolas bem desenvolvidos, comércio regulamentado e conheciam grande número de ligas artesanais. Muitos povos africanos tinham técnicas mais avançadas do que os lusos, tais como a metalurgia e a siderurgia (*apud Santos, 2016, p.218*).

Consideramos, com isso, que os africanos trazidos para o Brasil tiveram papel civilizador; foram elementos ativos e criadores, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. A Lei nº 10.639/03 fortalece o espaço escolar como lugar privilegiado para a discussão da cultura afro-brasileira.

Silva aponta que:

ao dizer africanidades brasileiras estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (Silva, 2005, p. 155).

Para além de tornar conhecida a cultura africana, os estudos das africanidades, por meio da vivência de sua cultura e do reconhecimento dos seus direitos, significa também conhecer e compreender os trabalhos e a criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira, contribuindo para o reconhecimento e para a valorização do negro (Silva, 2005).

Gonçalves e Silva (2005) enfatizam que o ensino da História e Cultura Afro-brasileira não exclui a possibilidade de que a história e cultura de outras sociedades sejam ensinadas na escola, apenas se determina e se reconhece a necessidade de que a escola inclua o continente africano na discussão sobre a formação histórica do Brasil. A beleza, a estética negra, os saberes negros devem ser apresentados de maneira positiva, sem nenhuma ideologia etnocêntrica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-

Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana dão orientações e encaminhamentos sobre Cultura Afro-Brasileira: “O ensino de Cultura Afro-Brasileira destacará o jeito de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia-a-dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaio, maracatus, rodas de samba, entre outros” (Brasil, 2004, p.22).

Os artistas², integrantes de grupos culturais e do movimento negro, têm contribuído para a valorização e a afirmação da identidade e dos direitos dos afro-brasileiros. Como asseguram as próprias Diretrizes, o reconhecimento exige justiça e igualdade de direitos sociais e civis, econômicos e culturais, assim como a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade, visando superar a desigualdade étnico-racial presente na educação brasileira em todos os níveis do ensino (Brasil, 2004, p. 12).

A luta contra o mito da democracia racial é um dos pontos fundamentais defendidos pela Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Tendo isso em vista, no documento há a afirmação de que:

políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (Brasil, 2004, p.11).

A Lei, além de combater o racismo, contribui para que as diferentes etnias presentes no Brasil também sejam valorizadas e tenham lugar de fala. Após a sua promulgação, pode ser observado um esforço conjunto e concentrado, em especial por parte da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para garantir à população afrodescendente o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar, por meio de políticas públicas

de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para a continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos, tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino (Brasil, 2004, s.p.).

² Artistas negros usam arte para valorizar a ancestralidade e combate ao racismo seja na ficção, nas telas ou na música, as artes têm se transformado em ferramenta de combate ao preconceito racial (<https://www.folhape.com.br> 2020).

Estudiosos e pesquisadores se reuniram para definir uma literatura como afro-brasileira e empregá-la em processos de letramento (letramento racial e afroletramento):

uma literatura que, inserida num contexto de educação antirracista, contribui para a prática tanto do letramento racial quanto do afroletramento, dois conceitos bastante apropriados à utilização da literatura afro-brasileira como instrumento de uma formação antirracista. para afirmar identidades afrodescendentes e reconhecer, na escrita literária, traços culturais da relação África-Brasil; para exercitar, por meio da leitura crítica, atos de resistência vinculados à comunidade negra; e, sobretudo, para usufruir de textos literários que revelam indescritível apuro e sensibilidade estética (Pereira e Bráulio, 2023).

De acordo com Pereira e Bráulio (2023), alguns dos principais teóricos do letramento racial crítico são: Kabengele Munanga, que defende a importância de abordar a diversidade racial no processo de ensino aprendizagem, e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que enfatiza a necessidade de incluir o letramento racial na formação de professores.

É fato que a implementação da Lei é um avanço que traria contribuição para o povo negro, pois, haveria maior propagação/valorização do legado cultural africano e toda sua história. Contudo, isso ainda não se dá efetivamente, pois, mesmo tendo se passado quase duas décadas da promulgação dessa Lei, ainda prevalecem mais as ações individuais de docentes do que uma aplicação estrutural efetiva dessas discussões no currículo escolar. (Silva, 2010).

Segundo Munanga (2015), a história de um povo é o ponto de partida do processo de construção de sua identidade, além de outros constitutivos como a cultura, os comportamentos coletivos, a geografia dos corpos, a língua, a territorialidade e tantos outros. Isso justifica o fato de ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. Ou seja, a história da África, a história do negro no Brasil que passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada foi do ponto de vista do colonizador e de seus interesses.

Para a desconstrução do preconceito, é preciso conhecer para reconhecer, valorizar e respeitar a história do povo negro no Brasil. Sendo assim, utilizaremos uma das manifestações da cultura afro-brasileira, a Congada, como forma de dar visibilidade a essa manifestação cultural. A seguir, apresentaremos brevemente a definição e a representação da Congada, bem como a origem das práticas do Congo como cultura afro-brasileira.

3.1 Congada: devoção trazida da África

Congada, também chamada de Congado ou Congo, é uma festa em homenagem aos chamados Santos Negros, especialmente Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. O Congado é uma manifestação simbólica, cultural e religiosa, composta por procissão, levantamento de bandeira, coroação, fardas, espadas, capitães, dança, música, tambores, chocalhos e representações trazidas de África, pelos negros que foram escravizados e relembavam os cortejos dos reis do Congo que, ao chegarem ao Brasil, inseriram elementos europeus católicos em suas apresentações e ao próprio cotidiano, como a religião, a devoção aos santos e ao rosário, em forma de fé e resistência.

Segundo Katrib (2013), o Congado é parte da cultura negra brasileira; sendo uma manifestação cultural que apresenta saberes, culturas, identidades, resistências, afirmações, lutas etc; em diálogo com diversas expressões e sentidos (re) construídos na cultura.

No congado, todos os saberes herdados se recriam a parti de uma metodologia da observação do fazer e aprender a apreender e das ações conscientes de formação social, política e de valorização da identidade negra, das suas pertenças religiosas, culturais, de respeito ao outro e à natureza, que são disseminados no dia-a-dia e se confundem com a própria educação familiar recebida pelos indivíduos. O professor, ao referendar essa multiplicidade de saberes culturais na sala de aula, promoverá a troca de vivências sociais entre o grupo e propiciará que cada sujeito exerça sua individualidade e a tenha respeitada, destacando que, na coletividade, toda essa bagagem faz parte da nossa vida e contribui para a manutenção desse mosaico cultural chamado Brasil (Katrib, 2013, p. 41-42).

Nesse sentido, a Congada propicia a manutenção das raízes ancestrais e da identidade negra de seus praticantes e é um facilitador do ensino das culturas afro-brasileiras.

3.1.1 A Congada em Ituiutaba

A Congada é uma mistura das festas trazidas pelos negros escravizados com a religiosidade cristã praticada na colônia. Suas origens remontam à própria África, quando os súditos faziam o cortejo aos reis Congos, a fim de agradecer aos seus governantes. Na festa do Congado, a instituição do Reinado dá um caráter especial aos festeiros: a existência dos reis da guarda justifica a presença de reis na festa. Denominamos reis da guarda aqueles que fazem parte do grupo de dançantes: o Rei Congo, chefe supremo, e a Rainha Conga,

autoridade feminina maior que, segundo Martins (2002), os reis congos representam os santos e as heranças de seus antepassados e de suas divindades:

Durante as celebrações, os reis e as rainhas são os líderes máximos do cerimonial, numa estrutura de poder embasada em funções hierárquicas rígidas, na qual o Rei Congo e a Rainha Conga são as majestades mais importantes e portam as coroas mais veneradas. Com exceção dos reis festeiros, que oferecem os banquetes, e que são substituídos a cada ano, os demais coroados são vitalícios e, em geral, pertencem a linhagens tradicionais do próprio Reino. Os reis representam Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora das Mercês; os reis congos, no entanto, simbolizam também as nações negras africanas e essa ascendência é traduzida pelo papel ímpar que desempenham nos rituais litúrgicos e pelo poder com o qual são investidos... Essa recriação dos vestígios e reminiscências de uma ancestral organização social remete-nos ao papel e função do poder real nas sociedades africanas transplantadas para as Américas, nas quais os reis, em sua suprema autoridade, representavam os elos maiores de ligação e de mediação entre a comunidade, os ancestrais e as divindades (Martins, 2002, p. 78-79).

As celebrações de Congada são formas de se manter viva a cultura dos antepassados negros, passada de pai para filho, e se apresenta como tradição e herança familiar. Cada região que realiza a Congada acrescenta a ela suas características e tradições, não sendo nada necessariamente padronizada.

Os Congos ou Congadas são folguedos que comumente aparecem na forma de préstitos (cortejos), onde os participantes, cantando e dançando, em festas religiosas ou profanas, homenageiam, de forma especial, São Benedito. Muitos destes folguedos cumprem também um papel auxiliar no catolicismo popular, ajudando tantos devotos a cumprir suas promessas. (Santos, 2016, p. 04).

A festa em louvor a São Benedito é composta por sete ternos de Congado da cidade e pela participação de vários outros oriundos de cidades circunvizinhas. O Congado segue uma organização hierárquica patenteada e gerida por uma irmandade, no caso a Irmandade São Benedito, juntamente com uma corte de reis. Em cada terno, temos ainda uma equipe interna formada por coordenadores, guarda estandartes, dentre outros, que dão suporte ao grupo, não só durante os festejos, mas também em qualquer evento ou atividades realizadas pelo grupo dentro e fora da cidade. As festividades são realizadas no mês de maio, no domingo mais próximo ao dia 13 (Naves e Katrib, 2008).

Ainda de acordo com Cândido e Portuguez (2024), o Congado na cidade de Ituiutaba é constituído por doze ternos, sendo eles subdivididos em Congo, Moçambique, Marinheiro, Catupé e Marujo, como veremos no quadro a seguir:

Quadro I – Ternos e suas respectivas cores

| TERNOS | CORES |
|------------------------------------|--|
| Terno Congo Camisa Verde | Camisa verde, calça branca e faixa amarelo ouro (cintura) |
| Terno Congo Real | Camisa amarelo ouro, calça branca, capa amarelo ouro e faixa verde (cintura) |
| Terno Congo Filhos da Luz | Camisa vermelha, calça branca e capa azul |
| Terno Congo Libertação | Camisa e calça brancas, capa e faixa azuis turquesas (cintura) |
| Terno Congo Raízes de São Benedito | Camisa laranja, calça branca e coroa com fitas em diversas cores |
| Terno Moçambique Camisa Rosa | Camisa rosa, calça branca e faixa amarelo ouro (cintura) |
| Terno Moçambique Lua Branca | Camisa branca, calça e faixa verdes (cintura) |
| Terno Moçambique Águia Branca | Camisa azul escuro, calça branca e faixa rosa (cintura) |
| Terno Moçambique de São Bento | Branco e vermelho |
| Terno de Marinheiro de Santa Luzia | Camisa azul claro, calça branca, capa prata e faixa vermelha (cintura) |
| Terno Catupé Capão de Ouro | Marrom, azul, verde e dourado |
| Terno Marujo de São Benedito | Lilás, preto, azul, marrom e amarelo ouro |

Fonte: Adaptado de Cândido e Portuguesez, 2024.

Com exceção do Terno Congo Filhos da Luz, os outros são filiados à Irmandade de São Benedito da cidade de Ituiutaba (MG). Os ternos se distinguem pelas cores da farda. Em Ituiutaba, as cores agregadas a cada terno dão nome a alguns grupos tradicionais, da mesma forma que outros recebem outras denominações. A Irmandade de São Benedito e Ternos de Congo foi tombada pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) por sua importância cultural para a cidade.

3.2 Contação de História

A Contação de História é uma ferramenta para abordar questões que devem ser apresentadas às crianças na etapa da educação infantil. Uma delas é a temática relações étnico-raciais, envolvendo a valorização da identidade da pessoa negra e a conscientização desde a infância sobre o racismo.

A leitura; enquanto atividade que estimula o leitor a imaginar cenas, personagens e situações; auxilia na compreensão de determinados temas, possibilitando uma viagem transformadora rumo ao processo de autoconhecimento. A literatura, por sua vez, imita a vida. Nesse sentido, não existe alguém que possa viver sem a possibilidade de entrar em contato com alguma fabulação, com a literatura de si próprio (Cândido, 1988).

Como afirma Freire (1988, p. 5): a “leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que quer dizer que o apoio na realidade vivida é a base para qualquer construção de conhecimento. A leitura crítica e sua compreensão advém da capacidade do leitor em estabelecer relações entre texto e contexto.

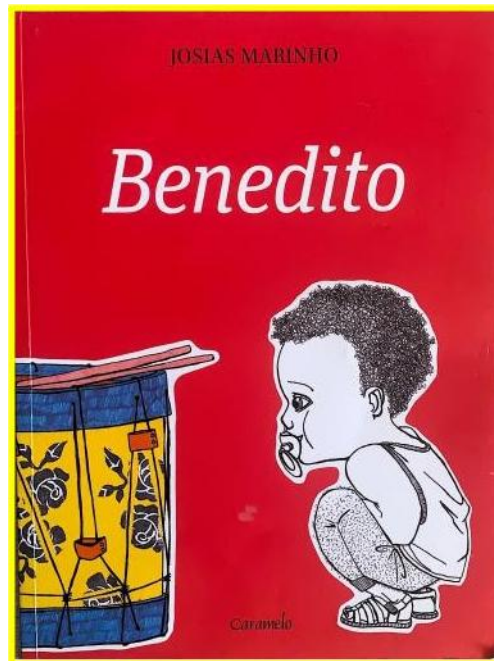
Nesse sentido, Souza e Bernardino (2011, p. 237) destacam que “a escuta de histórias estimula a imaginação, educa, instrui, desenvolve habilidades cognitivas, dinamiza o processo de leitura e escrita, além de ser uma atividade interativa que potencializa a linguagem infantil” e, com isso, torna-se uma estratégia educacional que beneficia aprendizagem das crianças e ou adolescentes.

Ainda segundo Cândido (1988), a representatividade é um elemento fundamental no processo de humanização, já que as situações da ficção levam o leitor a uma inevitável comparação com a própria realidade.

Para Contação de Histórias no Projeto Lá vem o Congo, foi o livro *Benedito*, do escritor e ilustrador Josias Marinho, que traz a história de *Benedito*, uma criança que se descobre na batida do tambor do Congado, uma manifestação de fé, canto e dança celebrada por seus familiares e amigos. Livro este que através da ilustração, permite diferentes percepções a depender da leitura de mundo e das experiências do leitor, contribuindo para o processo de formação e valorização da identidade negra.

O livro *Benedito* foi escolhido por ser um livro visual, ofereceu a possibilidade de as pessoas se reconhecerem em suas identidades e, assim, compreenderem a diversidade étnica e racial do mundo como uma grandeza de experiências e possibilidades para criarem suas próprias histórias. O livro traz o diálogo entre um menino e o tambor no Reinado/Congado, representando a trajetória já vivenciada por crianças inseridas no canto e na dança, sendo elas movidas pelos sons dos tambores, tornando visível a fé no Congado.

Imagem I: Benedito agachado olhando o tambor



Fonte: Google

Imagem II: Benedito recebendo a gunga



Fonte: Google

De acordo com Silva (2003), a sociedade brasileira tem como referencial elementos estruturantes de herança africana, que se entrelaçaram na trama do tecido social e se tornaram parte da vida dos brasileiros em seus processos de vivência, do seu modo de ser, de viver e de

organizar suas lutas. Ou seja, as marcas da cultura africana tornaram-se as características culturais do Brasil contemporâneo.

Neste contexto, Rocha (2018) afirma que é preciso convidar os profissionais de educação a realizar práticas pedagógicas que sejam emancipatórias e antirracistas, que expressem as características marcantes das africanidades brasileiras. Em suas palavras,

as africanidades brasileiras podem nos oferecer suportes inspiradores para novos aprendizados, pois estas marcam definitivamente a cultura nacional como um todo e se materializam no cotidiano brasileiro de forma espontânea. É necessário considerar que um diálogo entre estas africanidades e a educação seja profícuo, dinâmico e significativo na medida em que assim, a escola contemplará as características marcantes do Brasil. Vai também atentar para a expressão das singularidades e promover uma cultura geral inclusiva para que todos vejam suas culturas refletidas com igualdade de oportunidades (Rocha, 2018, p. 4).

Ainda, de acordo com a autora, o desafio a ser enfrentado é acolher, no cotidiano escolar, as heranças africanas erigidas no processo de construção da cultura brasileira. A partir do acolhimento, do reconhecimento e da valorização da diversidade cultural, novos aprendizados mais humanizantes poderão fazer parte do universo escolar.

3.3 O Projeto Lá Vem o Congo

Com a execução do Projeto Lá vem o Congo, buscou-se articular a construção do conhecimento de forma interdisciplinar com atividades sobre a temática afro-brasileira, como a Capoeira, o Samba e a Congada, possibilitando a valorização da identidade da criança negra e sua representatividade na instituição escolar. As atividades foram realizadas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), programa do qual o Projeto Lá vem o Congo é um subprojeto, entre 11 de novembro de 2018 e 31 de janeiro de 2020.

O Pibid é um Programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) criado no contexto da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, por meio do Decreto nº 6755/200, de 29 de janeiro de 2009, e que tem por objetivos:

- i) possibilitar a inserção dos licenciandos, durante a formação inicial em seu futuro campo de atuação;
- ii) aperfeiçoar a formação de professor em nível superior; e, ao mesmo tempo;

iii) contribuir para a melhoria da educação básica nas escolas brasileiras, sobretudo, promover a integração entre a educação superior e a educação básica (Brasil, 2013).

Convém ressaltar ainda que o Pibid, diante do cenário educacional brasileiro contemporâneo, constitui-se, a nosso ver, um programa de formação inicial de professores, de grande porte, pois, propõe-se como uma iniciativa de valorização da formação de professores da educação básica, concedendo bolsas a estudantes de licenciatura como participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), inserindo-os em escolas públicas para que possam desenvolver atividades didático-pedagógicas em parceria com os professores da escola (chamados supervisores) sob a coordenação dos docentes da universidade, contudo, constitui-se um movimento formativo em processo (Brasil, 2013).

O Pibid é um programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos de licenciatura com o objetivo de proporcionar “aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas” (Capes, 2020). O objetivo do programa, segundo o Ministério da Educação (2018), é promover a união das secretarias de educação, sejam elas estaduais e/ou municipais com as universidades públicas, visando melhorar o ensino das escolas sob suas jurisdições. Nesse programa, os estudantes podem desenvolver atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura em parceria com um professor da escola.

Ao problematizar a realidade em que essa manifestação cultural afro-brasileira acontece, floresce um trabalho sobre a Congada, de forma que os estudantes conheçam e valorizem essa manifestação presente em nossa região de forma interdisciplinar. A partir das intervenções foi possível oportunizar o conhecimento, a fim de contribuir com uma aprendizagem mais significativa sobre essa temática, valorizando a diversidade cultural existente no Brasil.

As atividades desenvolvidas no projeto foram sobre: a Capoeira, o Samba, a Contação de Histórias. Aconteceram também ações como: maquiagens e tranças, com o intuito de valorizar a representatividade dos afrodescendentes. Sobre a Congada, foco deste estudo, aconteceu roda de conversa com a participação de dois congadeiros locais para a apresentação da história da congada. A partir disso, formou-se com os alunos o “Congadinha”, apresentação na qual as crianças vestiram-se com as cores dos ternos e formou-se um grupo que se apresentou na escola. A seguir, as imagens da atividade “Congadinha”:

Imagem III: Alunos e orientadora idealizadores do grupo “Congadinha”



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem IV: Congadinha EMMA



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem V: Ternos da “Congadinha”





Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem VI: Coroação do Rei e Rainha da “Congadinha”



Fonte: Arquivo pessoal.

Nas imagens apresentadas anteriormente, podemos observar que o Pibid possibilitou, na escola participante, um leque de aprendizagens aos estudantes, professores e bolsistas. A variedade de recursos e metodologias utilizados durante a execução das ações; dentre eles teatro, palestras, projetos, leituras; proporcionou ao aluno a construção de conhecimento a partir dos momentos vividos no projeto.

O projeto proporcionou aos estudantes pibidianos do Curso de Pedagogia uma relação entre teoria e prática, contribuindo para um olhar atento sobre a realidade da escola pública e para a formação de professores. Acreditamos que essa experiência contribuiu muito para a formação cultural de alunos e professores. Pois, ao desenvolver o projeto, foi visto um

resultado positivo observado por meio da satisfação dos alunos que participaram das atividades realizadas, tendo eles mostrado disposição e curiosidade para aprender.

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS

As professoras colaboradoras da pesquisa atuavam em uma escola pública municipal, central, onde o Projeto Lá vem o Congo foi desenvolvido. Cinco professoras colaboradoras da pesquisa responderam a um questionário no mês de dezembro de 2023, e dados esses que foram discutidos neste trabalho. Essas professoras colaboradoras encontravam-se na faixa etária entre 35 a 50 anos. A seguir, apresentamos um quadro com informações profissionais das entrevistadas.

Quadro II - Formação e tempo de atuação das professoras entrevistadas

| | | |
|------------|---|---|
| Antônia | Formada em Pedagogia, Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar | Professora Efetiva Municipal (24 anos); Professora contratada pelo estado de Minas Gerais (9 anos). |
| Karen | Graduada em Pedagogia, Pós-graduação em Neuropsicopedagogia e Biblioteconomia, | Professora (25 anos). |
| Luana | Formada em Pedagogia, Pós-graduação em Gestão Multidisciplinar do Trabalho Pedagógico: Direção, Orientação, Supervisão e Inspeção | Professora desde 2000 - 24 anos Funcionária pública há 16 anos |
| Maria José | Formada em Pedagogia, Pós-graduação em Educação Especial. Cursando Mestrado Profissional em Educação | 26 anos como professora |
| Natalia | Formada em Letras | Atualmente trabalha como Professora Substituta |

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As questões que direcionaram a construção deste trabalho foram:

Quadro III – Questões da entrevista

| | |
|---|---|
| 1 | O que o motivou a participar, em 2018, do Projeto Lá vem o Congo? |
| 2 | Antes deste projeto, você já desenvolvia alguma ação pedagógica cujo foco fosse as relações étnico-raciais? Se sim, quais eram? Se não, por quê? |
| 3 | Quais as atividades pedagógicas você se lembra de ter desenvolvido com os estudantes? Como você compreende a importância dessas atividades pedagógicas? |
| 4 | Depois da experiência do Projeto “Lá vem o Congo”, você desenvolveu mais projetos sobre relações étnico-raciais? Se sim, quais foram? Se não, por quê? |
| 5 | Fique à vontade para comentar mais sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais no seu trabalho pedagógico e mencionar algum outro aspecto que considere relevante. |

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No processo de coleta de dados, ao ouvir as professoras participantes do Projeto Lá vem o Congo, podemos observar e refletir sobre a prática pedagógica no momento das intervenções. As professoras, de forma sucinta, falaram sobre a dificuldade que encontram na profissão, as cobranças burocráticas, as mudanças nas políticas públicas e, mesmo cientes de todos os desafios no trabalho, as educadoras se comprometeram com a efetivação do Projeto “Lá vem o Congo” e foram facilitadoras do processo.

Na análise do questionário, pode-se perceber que todas se mostraram satisfeitas com a participação no Projeto Lá vem o Congo, o que vem confirmar a importância da discussão racial na escola, quebrando estereótipos sobre o negro e dando ênfase na valorização da cultura africana.

Ao analisar a primeira questão referente à motivação da participação no projeto, traremos, a seguir, algumas falas das entrevistadas:

Essa questão de preconceito racial, ela tem que ser eliminada, acabada. Sei que demora. - Vai gastar muito tempo, mas eu acho que nós estamos no bom caminho. E ele começa nessa valorização. Então, eu acredito que nas nossas escolas precisa ainda, haver mais projetos, além de enfatizar a história, que é uma disciplina muito importante, porque através da disciplina da história, eu passo a me conhecer primeiro (Antônia).

Nesse contexto, Gomes (2003) discute sobre a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas, sendo também um importante local onde elas podem ser superadas. Ainda, segundo a autora, debater e problematizar a cultura negra, sem desconsiderar a existência do racismo e da desigualdade entre negros e brancos em nossa sociedade.

Como podemos observar, a entrevistada Antônia não limita sua resposta ao motivo de sua participação no projeto, vai além, uma vez que discorre sobre a resistência na escola no que se refere aos projetos e aceitação de intervenções que mudem a rotina escolar, como veremos a seguir.

...eu noto que é uma escola que tem uma dificuldade de aceitar projetos, tá? Eu vejo essa dificuldade lá. Porque eles estão muito concentrados ali, em português e matemática, notas, diagnósticos (Antônia).

Segundo o depoimento da professora Antônia, não há uma oferta significativa de projetos de intervenção para as escolas e que o Pibid trouxe uma nova realidade para a cidade de Ituiutaba: *Hoje, em nome de Deus, nos temos a UFU aqui nessa cidade... (Antônia).*

Kawasaki (1997, p. 36) afirma que:

as universidades públicas, indiscutivelmente, têm um compromisso com a população e resolver os problemas sociais, mas cabe a ela formar quadros críticos, ou seja, profissionais com competência técnica, científica e social, para o enfrentamento dos desafios e impasses postos pela sociedade. A luta pelas minorias no contexto atual de desemprego, baixa qualidade de vida da população e exclusão social, em que vive o país.

A professora Karen, afirma que, mesmo antes do projeto, já trabalhava questões étnico-raciais na escola, conforme depoimento a seguir:

Minha maior motivação em participar do Projeto Lá Vem o Congo, com minha sala de aula, foi reconhecer a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03, bem como a necessidade de integrar e desenvolver a temática voltada a importância da Cultura Negra, às atividades realizadas na escola. Anteriormente ao projeto, em minha atuação profissional, desenvolvi atividades variadas, abordando a temática como: Contação de Histórias de Matriz Africana, jogos e brincadeiras de origem africana, filmes, músicas de matriz africana, danças, alimentação, palavras e expressões de matriz africana (Karen).

Percebemos que essas afirmações de Karen seguem a perspectiva de Freire (1992, p. 25), quando ele indica que “quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias”.

Posteriormente à experiência com o projeto, em 2018, não atuei mais na regência, e, sim, como especialista em educação, onde socializei com as professoras das escolas que trabalhei a necessidade de desenvolver ações voltadas ao trabalho com a Cultura Afro- Brasileira, não em um momento

específico do ano, mas de forma constante e integrada ao Currículo Escolar. Acredito que a escola é palco de produção de conhecimento, não somente o formal, explícito nos currículos, mas o desenvolvimento integral dos educandos. Após 20 da publicação da Lei nº 10.639/03, temos o dever de conscientizar a nova geração brasileira quanto a necessidade da construção de uma educação antirracista, excludente, fortalecendo, nesta futura sociedade, atitudes de enfrentamento ao racismo e a não discriminação a toda e qualquer forma de diversidade (Karen).

A professora Natália discorre sobre a importância de que novas práticas sejam adotadas nos currículos, tais como:

Práticas pedagógicas, que insiram a diversidade, promovam a reflexão, a mudança de postura, estimulando práticas coletivas de combate ao racismo e à discriminação (Natália).

Enquanto professora de Literatura, destaca que o projeto “Lá vem o Congo”, foi ótimo para trabalhar com a criatividade dos alunos. Transformar um livro em uma atividade divertida, encorajando a criatividade teatral em uma encenação da história. As crianças desenvolvem a concentração, memória, raciocínio e compreensão, estimulando a linguagem oral e ampliando sua criatividade (Natália).

Sobre as atividades pedagógicas realizadas no período do Projeto Lá vem o Congo e sua importância, as entrevistadas destacam que a utilização de recursos variados e as atividades diferenciadas propostas favoreceram as relações entre os alunos que dividiam a experiência de serem partes dos ternos de congado, por exemplo, como exposto nas falas a seguir.

A produção de texto, os slides que eu fiz, que mostram essa situação da saída deles da África até chegar aqui no Brasil, e contribuírem com a nossa cultura, foi muito proveitoso porque, quando os meninos veem a imagem, mesmo que tenha um texto, mais parece que aquela imagem faz a criança entender melhor(Luana).

Eu trabalhava leitura com meus alunos envolvendo relações étnico-raciais. Trabalhei com produção de texto, porque a produção de texto obriga o aluno, que não está muito a fim de ler, a pesquisar, a interagir e realizar as atividades (Natália).

A nossa comunidade escolar, ela tem muitos descendentes congadeiros da cidade de todos os ternos de congo. Então, não tem como não trabalhar, até porque a gente tem essa questão do social que a gente tem que valorizar a cidade, o nosso entorno e eles também trazem isso, né? Porque tem alguns congos, por exemplo, o Camisa Verde, Camisa Rosa que eles têm esse trabalho mesmo o ano todo e feito um trabalho com essa comunidade durante todo o ano que eles trazem isso para a sala de aula. A gente já passou vídeos, filmes, já fizemos pesquisa, por exemplo, fiz uma pesquisa com eles que atuam sobre quais são os ternos de congo (Luana).

São necessárias práticas pedagógicas que insiram a diversidade, promovam a reflexão, a mudança de postura, estimulando práticas coletivas de combate ao racismo e à discriminação (Antônia).

De acordo com Gomes (2003):

É tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra (Gomes 2003, p.77).

Gomes (2003) discute sobre o fato de a cultura negra exigir dos educadores favoráveis à discussão e à inserção da cultura negra no currículo escolar um posicionamento, um compromisso político explícito sobre como será conduzida a educação antirracista.

De forma geral, as professoras enaltecem a participação no Projeto Lá vem o Congo e, de acordo com depoimento da professora Luana, ela sempre trabalhou com as questões étnico-raciais, como veremos a seguir.

Sempre trabalhei as questões étnico-raciais de forma integrada com as atividades que costumo propor, seja através dos textos trabalhados em sala de aula ou de práticas pedagógicas que insiram a diversidade, promovam a reflexão, a mudança de postura, estimulando práticas coletivas de combate ao racismo e a discriminação (Luana).

Sobre participar do Projeto Lá vem o Congo, há outros depoimentos:

A temática em si já me instigou bastante. Sempre ouvi as pessoas comentarem sobre a congada em nossa cidade, inclusive alguns alunos da escola. Participar do projeto “Lá vem o congo” foi uma oportunidade de conhecer um pouco dessa cultura (Luana).

É de grande importância, principalmente aqui na nossa região, porque, quando a gente fala de congo, nós estamos falando da nossa situação identitária, porque precisa ser valorizado, precisa trabalhar mais projetos (Antônia).

De acordo com as análises realizadas, concordamos que a educação é instrumento de combate a preconceitos, podendo ser mobilizada no enfrentamento do racismo. E cabe à escola essa função, como afirma Libâneo (2012):

O papel da escola é prover aos alunos a apropriação da cultura e das ciências acumuladas historicamente, como condição para seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, e torná-los aptos à reorganização crítica de tal cultura (...) não há justiça social sem conhecimento (Libâneo, 2012, p. 25).

A professora Maria José relata que a experiência com o Projeto Lá vem o Congo:

...nos estimula a sempre trabalhar com a educação étnico-racial de modo que, no ano de 2023, realizou várias atividades tendo como tema a discriminação racial, oportunidade em que os alunos tiveram de refletir sobre questões racistas enraizadas no nosso cotidiano (Maria José).

Nesse contexto, a professora Maria José comenta que é preciso usar todos os lugares de fala que foram conquistados com a luta dos movimentos negros e, embora se caminhe a passos lentos, os projetos são necessários para erradicar o racismo que está na estrutura da sociedade. Por sua vez, a professora Karen ressalta a contribuição da história da África e dos negros para a educação das relações étnico-raciais.

Tenho convicção da importância de trabalhar atividades pedagógicas que reconheçam e valorizem a contribuição da Cultura Africana na sociedade brasileira, pois, por meio dessas práticas, temos a oportunidade de trazer a diversidade para a escola, valorizando o respeito às diferenças, oportunizando momentos de discussão, conscientização acerca da superação do racismo e da desigualdade social, comportamento ainda tão presente na sociedade brasileira (Karen).

Seguindo o mesmo raciocínio, a professora Antônia comenta:

eu acredito que, pedagogicamente, se a gente aplicar em sala de aula, com certeza nós vamos ter mudança. Ainda mais ser for nessas séries iniciais. Porque o que uma criança de 10 anos hoje tem na cabeça em relação ao respeito, dessa contribuição, dessa valorização? Vai fazer uma diferença, porque ninguém nunca vai tirar isso da cabeça dele. Ele já será um adulto mais concentrado nessa situação de respeito e de valorização (Antônia).

Ainda sobre uma educação para a mudança, a professora Luana ressalta:

Como forma de ampliação da visão de mundo do aluno, desenvolvendo cidadãos empáticos, humanizados e que respeitam a existência dos outros. Além disso, oportunizar que o aluno conheça a importância dos negros para a construção da nossa história (Luana).

Ensina Freire *et al* (2000) que:

quando se descobre uma certa e possível especificidade do político, percebe-se também que essa especificidade não foi suficiente para proibir a presença do pedagógico nela. Quando se descobre por sua vez a especificidade do pedagógico, nota-se que não lhe é possível proibir a entrada do político (Freire, 2000, p.25).

As professoras Antônia, Karen e Natália relatam que nem sempre a escola oferece recursos ou material que abordem o tema. A seguir, apresentamos alguns depoimentos:

Não... lá... foi aquele porque eu trabalhei lá, pouco tempo. E eu noto que é uma escola que tem uma dificuldade de aceitar projetos, tá? Eu vejo essa

dificuldade lá. Porque eles estão muito concentrados ali em português e matemática, notas, diagnósticos. Então, eu não acho muito espaço naquela escola para trabalhar isso não (Antônia).

Tenho convicção da importância de trabalhar atividades pedagógicas que reconheçam e valorizem a contribuição da Cultura Africana na sociedade brasileira, pois, por meio dessas práticas, temos a oportunidade de trazer a diversidade para a escola, valorizando o respeito às diferenças, oportunizando momentos de discussão, conscientização acerca da superação do racismo e da desigualdade social, comportamento ainda tão presente na sociedade brasileira (Karen).

Não. Mas, irei, em uma nova oportunidade, continuar explorando esse tema (Natalia).

Esses relatos evidenciam a carência de recursos didáticos nos quais as pessoas negras sejam representadas, indicando que o interesse em trabalhar com a temática da diversidade parte das próprias professoras. Como elas sugerem: que haja mais projetos que enfatizem todas as culturas!

A gente precisa aprender a valorizar a fala, o diferente, a culinária e diferente. Então, eu acho que precisa ter projetos que envolvam todos para aprender. O Pibid foi um marco na educação em Ituiutaba. Durou um ano, mas foi um excelente trabalho (Antônia).

Nesse viés, trabalhar com projetos pedagógicos é uma forma de melhorar a qualidade de aprendizagem e de aproximar professores, alunos e comunidade.

A Pedagogia de Projetos é um meio de trabalho pertinente ao processo de ensino aprendizagem que se insere na Educação promovendo-a de maneira significativa e compartilhada, auxiliando na formação integral dos indivíduos permeados pelas diversas oportunidades de aprendizagem conceitual, atitudinal, procedimental para os mesmos. Os projetos de trabalho não se inserem apenas numa proposta de renovação de atividades, tornando-as criativas, e sim numa mudança de postura que exige o repensar da prática pedagógica, quebrando paradigmas já estabelecidos (Guedes *et al.*, 2017, p. 245).

Os projetos são uma forma de trabalhar com um tema e objetivos específicos, a partir de atividades atraentes, cujo objetivo é prender a atenção dos alunos e motivá-los à participação ativa. Nesse contexto, é possível trabalhar conteúdos que estimulem a vontade de conhecer, valorizar e respeitar a cultura afro-brasileira.

O Projeto Lá vem o Congo pode ser considerado uma experiência bem-sucedida, o que é comprovado pelos depoimentos das professoras entrevistadas e, a partir disso, as atividades desenvolvidas como parte do Pibid e seu subprojeto resultaram em mudanças decisivas no trato com a questão étnico-racial.

5. RESULTADOS

O relato das entrevistadas permitiu compreender que, embora a Lei nº 10639/2003, atualizada pela Lei nº 11.645/08, que institui o ensino da cultura afro-brasileira e indígena para todas as escolas do país, ainda não foi efetivamente abraçada pelas escolas.

As respostas indicam que as depoentes já participaram de outros projetos envolvendo a diversidade étnico-racial. As professoras afirmam que abordam o assunto em sua prática escolar com frequência. Porém, também afirmam que o assunto não é tão tratado de modo geral, uma vez que, apesar de estar presente nos livros didáticos, nos livros paradidáticos, a temática surge para ser trabalhada em algumas datas comemorativas específicas que tratam de diversidade cultural. Isso não caracteriza um currículo que reflete a preocupação com a luta contra o racismo e a discriminação.

Todas as professoras participantes destacam a importância da realização de projetos referentes à temática da diversidade étnico-racial, pois é uma opção de aprendizagem e conhecimento, como também por ser um trabalho em equipe, propiciando o envolvimento de vários integrantes em prol de um único objetivo.

Diante das perspectivas das professoras, considerando suas informações e conhecimentos sobre o ensino da diversidade étnico-racial, finalizamos reflexões acerca do tema abordado com uma citação de Freire (2000, p. 27) que ressalta:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encará-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

O professor, nesse sentido, é a chave fundamental para o emprego de estratégias educativas e pedagógicas que promovam uma educação antirracista e igualitária, contribuindo para a formação da identidade social de cada indivíduo. A educação é a melhor maneira de alcançarmos a transformação das pessoas e do mundo. Como afirma Gomes (2003, p. 79):

trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso auto reflexivo dessa cultura pelos sujeitos. Significa compreender como as crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos negros e negras constroem, vivem e reinventam suas tradições culturais de matriz africana na vida cotidiana.

De modo que o professor deve estar alerta e atento para trabalhar as questões étnico-raciais de maneira a possibilitar a construção de representações positivas. Em consonância com Gomes (2002),

mais do que simplesmente apresentar aos alunos e às alunas dados sobre a situação de discriminação racial e sobre a realidade social, política e econômica da população negra, a escola deverá problematizar a questão racial. Essa problematização implica descobrir, conhecer e socializar referências africanas recriadas no Brasil e expressas na linguagem, nos costumes, na religião, na arte, na história e nos saberes da nossa sociedade (Gomes, 2002 p. 46).

Ainda de acordo com Gomes (2023), a escola é o espaço onde as representações negativas sobre o negro devem ser superadas. É preciso ressignificar e construir representações positivas sobre o negro, sua história, sua cultura, sua corporeidade e sua estética. Esse é o papel da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, as experiências vivenciadas no Projeto Lá vem o Congo nos mostrou que a escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre as diferentes raças que formam a variedade de culturas de norte a sul do país. São necessárias estratégias pedagógicas que possibilitem a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os índios e sua contribuição na construção do nosso país.

Ao ser concluído o Projeto Lá vem o Congo, verificou-se que as cinco professoras trabalham o ensino da diversidade étnico-racial de forma isolada em suas salas de aula, de acordo com as datas comemorativas que representam algo sobre a cultura africana, mas que não tratam diretamente sobre o tema das relações étnico-raciais.

Os resultados apontaram que os conhecimentos sobre a temática foram construídos com os alunos, pois, durante as intervenções realizadas no âmbito do Pibid, subprojeto Lá vem o Congo, conseguimos averiguar esse aprendizado.

Apesar da importância do projeto supracitado, entendemos que o estudo sobre a diversidade étnico-racial na escola precisa partir de um projeto de ensino, mediante a elaboração e desenvolvimento de políticas educacionais e curriculares.

Após 20 anos da implementação da Lei nº 10.639/03 que foi alterada em 2008; para a Lei nº 11.645, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas; as questões raciais são trabalhadas na escola de forma bastante superficial. Não basta a existência da Lei, a luta contra o racismo e a discriminação, por meio de projetos de intervenção, é de fundamental importância para a sociedade para desconstruir aquilo que está impregnado em cada um de nós e que passa despercebido. A luta é grande e deve ser parte do cotidiano.

Este trabalho não esgota as possibilidades de discussão e práticas relacionadas à temática étnico-racial. Com o seu desenvolvimento, nosso intuito foi o de compartilhar experiências junto ao Projeto “Lá vem o congo” com o objetivo de contribuir com reflexões sobre o problema histórico e social do racismo e, principalmente, continuar na busca pela efetivação desse conteúdo na escola.

REFERÊNCIAS

BARDIN, I. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p. PILETTI, Nelson. História da educação no Brasil. São Paulo/SP: Ática, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PIBID – Apresentação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em 10 jun de 2024.

CÂNDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

CÂNDIDO, T. L.; PORTUGUEZ, A. P. Congados, marujos, moçambiques e catupés. **Tradições do Catolicismo Negro e o Turismo Cultural em Ituiutaba**. Ituiutaba: Editora Barlavento, 2024.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2018/07/Racismo-Sexismo-e-Desigualdade-Sueli-Carneiro-1.pdf>. Acesso em 11 de jan.2024.

CAPES. Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013. Estabelece as normas gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/cultura-afro-brasileira-nas-escolas-ainda-nao-e-realidade/>. Acesso em: 11 fev 2024.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 21. ed. Coleção Polêmicas do Novo Tempo. São Paulo: Cortez, 1988.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2009.

GUEDES, J. D. *et al.* Pedagogia de Projetos: uma ferramenta para a aprendizagem. Id online **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. v.10, n. 33. Supl. 2. Jan. 2017

GOMES, N. L. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: SECAD, 2005.

GOMES, N. L. Cultura afro-brasileira nas escolas ainda não é realidade. Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaio/cultura-afro-brasileira-nas-escolas-ainda-nao-e-realidade/>. Acesso em: 14 maio 2024.

GOMES, N. L. **Educação e identidade negra**. Aletria (UFMG), Belo Horizonte, n.9, p. 38-47, 2002.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 75–85, maio. 2003.

KATRIB, C. M. I. Diálogos entrecruzados: cidadania, cultura afro-brasileira e os 10 anos de implementação da lei N. 10.639/03. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/admin,+24060-93662-1-CE.pdf> Acesso em 13 jun 2024

KAWASAKI, C. S. Universidades públicas e sociedade: uma parceria necessária. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23, n. 1-2, p. 239–257, jan. 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2012.

MARTINS, I. Performance do tempo espiralar. In: REVETTI, G; ARBEX, M. (Org.). **Performance, exílio, fronteiras**: errâncias territoriais e textuais. Belo Horizonte: Departamento de Letras Românicas, Faculdade de Letras/UFMG: Poslit, 2002. p. 69-92.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NAVES, F. D.; KATRIB, C. M. I. Cultura, Identidade e Religiosidade: o congado da cidade de Ituiutaba-MG. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

PEREIRA, M. M.; BRÁULIO, W. L. de A. Literatura Afro-brasileira na escola: letramento racial e afroletramento como instrumento de formação antirracista. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 66, p. 1-12 e 25-78, jul./set. 2023.

PIBID. CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/search?SearchableText=PIBID>. Acesso em 10 de junho de 2024.

ROCHA, R. M. de C. As dimensões do ensinar e do aprender na perspectiva das africanidades brasileiras-que história é essa? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2018, Uberlândia. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1532974638_ARQUIVO_ASDIMENSOESDOENSINAREDOAPRENDERNAPERPECTIVADASAFRICANIDADESBRASILEIRASenviadoCOPENE.pdf. Acesso em 15 de maio de 2024.

SANTOS, M. A. Contribuição do negro para a cultura brasileira. **Revista Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v.12, n.2, p. 217-229, jul./dez. 2016.

SEREQUEBERHAN, T. The Critique of Eurocentrism and the Practice of African Philosophy. In: Emmanuel C. Eze (org.) **Postcolonial African Philosophy A Critical Reader**, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1997, p. 141- 161.

SILVA, P. B. G. e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. 2. ed. In MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (155;172).

SILVA, P. B. G. “Estudos Afro-brasileiros: africanidades e cidadania”. In: ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Org.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, P. B. G. e. Africanidades Brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 19, n. 73, p. 26-30, jan/fev. 2003.

SOUZA, L. O. de; BERNARDINO, A. D. A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2011. DOI: 10.17648/educare.v6i12.4643. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/4643>. Acesso em: 1 maio. 2024.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 24. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola, uma construção possível**. 29. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013. <https://www.folhape.com.br/cultura/artistas-negros-usam-arte-para-valorizar-a-ancestralidade-e-combate-ao/140358/>